



Fortaleza/CE, 20 de janeiro de 2025.

Ofício Nº 05/2025

**Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça da Comarca de Iguatu/CE,
Dr. Leydomar Nunes Pereira**

Senhor Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o respeitosamente, dirigimo-nos a Vossa Excelência para destacar a relevância do trabalho desempenhado pelo Ministério Público no enfrentamento de situações que afrontam o ordenamento jurídico e comprometem o bem-estar social. Nesse contexto, vimos solicitar a análise e as providências necessárias em relação à grave situação enfrentada pelo Município de Iguatu/CE, conforme exposto abaixo:

1. **Atraso no pagamento de salários:** Os servidores municipais encontram-se com os salários atrasados desde a competência de dezembro de 2024. Adicionalmente, o 13º salário foi quitado apenas em 50%, afetando severamente a subsistência dessas famílias.
2. **Professores:** Embora o 13º salário tenha sido pago, o salário referente a dezembro de 2024 permanece em aberto. Relatos indicam que recursos financeiros do FUNDEB estão sendo transferidos para outras contas, já tendo sido transferido aproximadamente o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), conforme informações reportadas.
3. **Hospital Regional de Iguatu:** Os profissionais do hospital estão com salários atrasados há mais de quatro meses, comprometendo a qualidade e continuidade dos serviços de saúde.
4. **Serviços de limpeza urbana:** Até mesmo os garis, que desempenham função essencial, tiveram seus salários atrasados e entraram em greve. No entanto, a Prefeitura Municipal, nos últimos dias do ano, realizou pagamentos para outros



fornecedores, inclusive uma construtora, embora o pagamento dos salários devesse, seguramente, ser priorizado.

5. **Dívidas municipais:** Foram reportadas pendências financeiras significativas, incluindo débitos com a previdência social, a concessionária de energia elétrica (Enel) e precatórios que aguardam pagamento desde 2020.
6. **Obras públicas:** O Município mantém contrato de empréstimo junto a CAF, tendo sido liberados US\$ 10 milhões. Apesar disso, nenhuma obra foi concluída até o momento, o que gera inquietação e desconfiança na população.

Acima estão apenas alguns exemplos dos problemas que a população enfrenta atualmente.

Adicionalmente, circulam denúncias preocupantes de enriquecimento incompatível de agentes públicos, referente ao prefeito Ednaldo Lavor e secretários da gestão anterior. São frequentes as exposições nas redes sociais de estilo de vida ostentatório, festas de luxo e aquisição de propriedades, destoando dos rendimentos dos cargos ocupados.

Também são apontados indícios de superfaturamento em áreas como merenda escolar, gestão de resíduos sólidos e contratos firmados com a cooperativa responsável pela intermediação de mão de obra no hospital.

Os áudios e vídeos anexos, assim como os links abaixo, demonstram o que foi alegado:

https://www.instagram.com/reel/DFC1227JPNh/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

https://www.instagram.com/reel/DFC-t7SJMTI/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

https://www.instagram.com/reel/DFC4_IYJAWK/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

https://www.instagram.com/reel/DEu6GJ1uLAu/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

https://www.instagram.com/reel/DEuePbQusno/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

https://www.instagram.com/reel/DEcq7cxuREI/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



A gestão atual, por sua vez, demonstra falta de transparência e não apresenta medidas concretas para regularizar os atrasos salariais, embora tenha realizado uma transição bastante amigável com o gestor anterior.

Assim, os servidores vivem na aflição da incerteza, a população sofre com a precarização dos serviços públicos, e o comércio local é duramente afetado pela retração do consumo, em função do não pagamento dos salários.

Diante da gravidade da situação, solicitamos a intervenção de Vossa Excelência para assegurar providências concretas que garantam o pagamento dos salários aos servidores, bem como a retomada de condições adequadas para o funcionamento dos serviços públicos. É inconcebível que, em lugar de seus salários, os servidores recebam cestas básicas como solução paliativa.

Reafirmamos nossa confiança no Ministério Público como guardião dos direitos coletivos e da legalidade e aguardamos com expectativa as medidas cabíveis para restabelecer a ordem e a dignidade dos cidadãos de Iguatu.

Sem mais para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputado Estadual Agenor Neto